

A nível de fomento realizaram-se as seguintes actividades: construção de 17 aviários e repovoamento de 19 unidades avícolas implantadas em 85/86; apoio técnico para a construção e povoamento da unidade de Fomento Avícola; elaboração de 1 projecto de estudo de viabilidade para engorda familiar de suínos; ensaios de engorda do porco local; introdução de um programa caprino; implementação de estudo do caprino local; introdução de 3 núcleos de produção intensiva a nível familiar.

A nível da Extensão Rural as principais actividades desenvolvidas durante o ano de 1987, assentaram nos seguintes domínios: Vulgarização Agro-Pecuária; Animação rural; Formação e produção de áudio-visuais.

As actividades de vulgarização incidiram na/no:

- Pré-vulgarização de grãos alimentares de sequeiro (milho, feijão bongolon, feijão congo e sorgo) através da instalação de campos de pré-vulgarização (29) nas propriedades dos camponeses.

- Melhoria das técnicas culturais no regadio através da implementação de unidades demonstrativas (65) nas parcelas dos camponeses, implantação de viveiros comuns e vulgarização de novas variedades hortícolas.

- Promoção de actividades de protecção de encostas através da distribuição de 63.307 plantas sobre 67.482 solicitadas pelos camponeses e de 1.000 kg de feijão congo.

- Difusão de variedade melhoradas de fruteiras através da distribuição de 1938 plantas sobre 3150 solicitadas pelos camponeses.

- Desenvolvimento da pecuária intensiva resumindo-se essencialmente à distribuição de sementes de pastagem (50 kg a 10 agricultores).

No que concerne à Animação Rural, as actividades levadas a cabo basearam-se: na assistência metodológica aos Centros de Extensão sediados nas Ilhas de Santiago, Stº António e Pogo; e

Na educação nutricional; na alfabetização; na Reforma Agrária; na re conversão das frentes.

Tendo em vista as necessidades e as transformações contínuas do e no meio rural a formação e treino permanentes dos técnicos extensionistas vem merecendo uma atenção especial do Ministério, tendo-se realizado diversos cursos de capacitação e reciclagem.

A nível do crédito agrícola instrumento fundamental de política sectorial, deve-se sublinhar o esforço realizado, apesar das restrições impostas pelas condições de trabalho.

Durante o ano de 1987 a atenção esteve mais virada para a ilha de Santiago, dada a não definição do sistema nacional de crédito. As actividades desenvolvidas ao longo do ano compreenderam: recolha de dados técnicos no campo para a elaboração de projectos; elaboração de projectos a financiar pelo Banco de Cabo Verde; fiscalização da aplicação de empréstimos concedidos pelo Banco de Cabo Verde para o sector agrícola ou pecuário; avaliação técnica de pedidos apresentados directamente pelos interessados ao Banco de Cabo Verde; elaboração de pareceres sobre processos pendentes no Banco de Cabo Verde.

Em termos quantitativos, o número de estudos apresentados ao Banco de Cabo Verde foi de 23 (vinte e três) num total de 9.069.390\$00 para o sector agrícola, enquanto que para a pecuária (sector avícola) foi de 4 (quatro) no montante de 4.156.023\$20.

As operações autorizadas pelo Banco de Cabo Verde foram em número de 32, assim distribuídas: 28 crédito agrícola e 4 de crédito avícola num montante total de 27.668.553\$50.

Um ponto importante no tocante à promoção de circuitos de comercialização transparentes e construção de infraestruturas que os apoiem foi a descentralização das suas actividades para as Direcções Regionais e Repartições Concelhias do MDRPescas, se bem que tal descentralização só tivesse funcionado nas ilhas de Santiago e de S. Nicolau.

Diversas actividades foram realizadas de que se destaca a publicação do boletim semanal contendo os preços dos produtos agrícolas (no produtor e no consumidor) dos mercados da ilha de Santiago, a sua radiodifusão e⁹abastecimento do mercado de S.Vigente em frescos, em coordenação com as Empresas estatais FAP e Justino Lopes.

Campanha de preços de garantia. As actividades da campanha de preços de garantia foram desenvolvidas pelas estruturas do MDRP em ligação com a EMPA, no âmbito de aquisição de batata comum e cebola, cumprindo preços de garantia estabelecidos oficialmente.

Realizaram-se assim estudos diversos e procedeu-se à recolha de excedentes de batata comum (74 toneladas de batata comum em que os centros de recolha de S.Domingos e Canelo representaram 80% do total tendo recorrido aos centros um total de 57 agricultores) e de cebolas (32 toneladas de cebolas em que os centros de recolha atrás referidos representaram 57% do total e o número de agricultores que recorreram aos centros foi de 38).

Do total de 11 centros definidos para o funcionamento, 5 porém não operaram por razões diversas.

O MDRP tem por outro lado impulsionado certas actividades de transformação visando o aproveitamento de recursos existentes em certas zonas rurais, nomeadamente purgueira e frutas.

Dáí o dispêndio de 2.872 contos nos seguintes sub-projectos do projecto Integrado de Desenvolvimento das Ilhas de Fogo e Brava:

- Transformação das frutas
- Transformação da purgueira

No quadro do 1º sub-projecto, as acções desenvolvidas consistiram no apoio às 2 cooperativas de vinho existentes na ilha do Fogo, no que tange à formação dos produtores de vinho, as assistência técnica e fornecimento de materiais.

Dado entretanto aos estrangulamentos a nível da comercia
-74- .../

lização do vinho, a produção foi apenas de 5575 litros sobre os 15.000 litros previstos.

No tocante à purgueira a produção de óleo tem funcionado como uma experiência piloto de alternativa energética, existindo ainda constrangimentos a nível técnico. Assim dos 15.000 litros de óleo de purgueira programados, produziram-se 7.000 litros, como resultado da utilização de 22 toneladas de semente.

2. PESCAS

Os objectivos fixados para o sector das Pescas para 1987, consubstanciaram-se, nas seguintes taxas de realização: programa de pesca artesanal 21%, programa de pesca industrial 10%; reorientação do sector público empresarial 100%.

No que respeita ao Sector Público Administrativo, os objectivos essenciais consistiam em promover a reforma institucional do Sector.

Das actividades desenvolvidas, merecem realce; a extinção da SCAPA; a criação do Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP); a criação do Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IDEPE), que respondeu à necessidade de dotar o sector de um órgão capaz de assegurar a execução e a coordenação dos vários projectos dirigidos à pesca artesanal; a liquidação da Interbase e a criação de 2 novas empresas públicas, uma voltada para a captura, a Pescave, e a outra para a comercialização de pescado e para a gestão de unidade de frio, a nova Interbase.

A legislação do sector foi igualmente objecto de profunda revisão, com particular incidência na publicação da Lei Orgânica da SEPescas, na regulamentação do exercício da pesca e no licenciamento de embarcações.

Em matéria de pesca artesanal: assegurou-se níveis aceitáveis de abastecimento de materiais de pesca na maior parte das

ilhas; manteve-se em funcionamento oficinas de reparação de motores fora de borda em Stº. Antão, S.Vicente, Maio e Santiago; criaram-se as condições para a construção e ensaio de equipamentos melhorados; construíram-se e/ou recuperaram-se e equiparam-se algumas infraestruturas de apoio à pesca; e garantiu-se assistên-
cia técnica no Maio, no Fogo e em Santiago.

Em matéria de pesca industrial os esforços centraram-se prioritariamente nas negociações com as fontes financiadoras e na identificação de parceiros para os projectos de reabilitação e construção de unidades conserveiras não tendo ainda neste último caso conduzido a resultados palpáveis.

A taxa global de realização financeira do plano do sector das pescas de 8% em relação à previsão de investimento, é indicação suficientemente reveladora de se ter ficado muito à quem da realização das acções programadas para 1987. (vidê quadros nº. 17 e 18 anexos).

A concorrer para essa baixa taxa de realização financira, esteve a acentuada dependência de recursos externos, correspondente a 95% do Programa da Pesca Artesanal e a 100% do Programa da Pesca Industrial e a morosidade e complexidade dos processos de negociação do financiamento de projectos.

Infira-se, pois, que face à carência de recursos financeiros, a negociação de financiamentos terá representado para a SEP a actividade a que se dispensou maior atenção e energias.

É porém positivo o facto de terem ficado já garantidos os financiamentos requeridos pela maioria dos projectos inscritos no II PND.

Em razão disto, e não obstante se registar um atraso de pelo menos dois anos, abrem-se boas perspectivas para que, em ma

téria de suporte financeiro, haja condições para a curto prazo se iniciar a execução desses projectos.

No que diz respeito ao desempenho do sector das pessoas na economia nacional, regista-se que em 1987 e segundo dados provisórios, a frota de pesca caboverdiana capturou cerca de 7.000 toneladas de pescado, o que corresponde a um acréscimo de 10% em relação a 1986 e a um decréscimo de 30% relativamente á média do último quinquénio (82-86). Esta evolução resulta da progressiva diminuição das capturas de pesca artesanal, muito embora se assista um aumento do número de pescadores artesanais, os quais 1987 eram de 4.000, número que representa um acréscimo de 5% relativamente a 1986.

Apesar disso, e em paralelo á exportação tradicional de atum congelado e lagosta viva, iniciou-se a exportação experimental de demersais (fresco e congelado) e de atum fresco.

O ano de 1987 ficou mesmo marcado como o ano de maior volume de exportação. O quadro anexo nº 19 resume as exportações efectuadas por produtos e por mercados, com excepção das conservas de atum cujos dados se encontram em compilação.

3. INDÚSTRIA

Para 1987 forem definidos como principais objectivos da administração da Indústria o reforço da sua capacidade de intervenção; a intensificação da actividade de promoção; a definição e implantação de um conjunto de instrumentos de política industrial e a dinamização do relacionamento com as empresas existentes.

Reforço da capacidade de intervenção. A Lei Orgânica do Ministério da Indústria e Energia, aprovada pelo D.L. 141/87, de 19 de Dezembro, definiu a organização, as competências e atribuição de cada um dos serviços, criando ao mesmo tempo outros, designadamente um Gabinete de Empresas e uma Direcção de Promoção de Pequenas e Médias Empresas (UPI). Entretanto, será necessário proceder a importantes actividades no seguimento da aprovação da

Lei Orgânica. Trata-se da estruturação interna dos diversos serviços e da elaboração dos regulamentos internos.

Deu-se continuidade ao projecto - "Apoio à Planificação e ao Desenvolvimento Industrial" -, que tem como resultados imediatos o reforço da capacidade de planeamento do sector e a consolidação da Unidade de Promoção Industrial (UPI).

No sentido de eliminar um dos maiores estrangulamentos à actividade do sector - a escassez de pessoal qualificado - foram desencadeadas várias acções, ocupando a formação dos quadros um papel relevante.

O reforço da capacidade de planeamento processou-se assim, seja, em particular, através da execução das tarefas correntes de planeamento seja através da participação dos quadros em acções específicas de formação,

Por outro lado, compilou-se numa publicação - Estatística da Actividade Industrial - todos os dados estatísticos referentes ao período 1980 /1985.

No que respeita aos estudos realizou-se grande parte das acções previstas, sendo de salientar o "Programa Global de Formação", o estudo sobre "Custo de factores de produção" e o início do estudo sobre "Apoio ao Sector Artesanal e Informal", com a realização de uma primeira missão do BIT, para análise da situação do sector em particular no que concerne ao enquadramento institucional e estruturas de apoio, e preparação de um documento de projecto.

Intensificação da actividade de promoção. A materialização deste objectivo, que naturalmente não se restringe ao período de um ano, constituiu preocupação central e processou-se em diversas vertentes:

- . Implementação de projectos de iniciativa pública